



Especificidades da AÇÃO PEDAGÓGICA com bebês e crianças pequenas no contexto da creche

(PARTE 1)

Vanessa Alessandra Cavalcanti Peixoto, Dilma Antunes Silva e
Silvia Cristina Herculano

No intuito de contribuir para a disseminação da concepção de criança como sujeito autor de suas aprendizagens e descobertas, apresentamos, neste texto, experiências desenvolvidas no âmbito das interações com bebês e crianças pequenas matriculadas em uma creche pública, localizada na periferia da capital paulistana. O viés deste artigo perpassa um olhar sobre os contextos infantis numa perspectiva de condição potente de bebês e crianças, trazendo à tona possibilidades de interação e aprendizagem favorecedoras de escolhas, linguagens, preferências e decisões de meninos e meninas na Educação Infantil. Também caracteriza um olhar especial para as necessidades de bebês e crianças pequenas, sendo a ação pedagógica um importante instrumento na busca por possibilidades de interação, num contexto de aprendizagem voltado para o desenvolvimento integral da criança.

Este texto convida à reflexão sobre os elementos de acolhimento e permanência de bebês e crianças pequenas em instituições de Educação Infantil, num exercício de compreensão do público de 0-3 anos como sujeitos aprendentes, autores e atores no processo de aprendizagem e constituidores de suas experiências.

Para tanto, este estudo apresenta-se organizado em três partes tratando inicialmente de uma breve contextualização histórica da Educação Infantil no âmbito paulistano e perpassando a interlocução entre os bebês e professoras; as múltiplas infâncias, seus espaços e materiais e, por último, angaria contextos reflexivos na relação educar-cuidar-brincar.

PROCESSOS CONSTITUTIVOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL PAULISTANA

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a Educação Infantil é concebida como a "primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos, que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados, que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade". Esta construção vem sendo revelada num processo de reflexão e aprofundamento da relação entre cuidar e educar, sendo estas dimensões indissociáveis numa perspectiva integradora e que vem se constituindo ao longo do tempo.

Numa condição histórica e social, a educação das crianças pequenas esteve, em seus primórdios, sob a responsabilidade exclusiva da família, sendo realizadas em contextos domésticos, especificamente por mães e outras mulheres, constituindo a relação de cuidar e educar como práticas essencialmente femininas.

Durante muito tempo a Educação Infantil foi considerada exclusivamente como uma modalidade voltada para os cuidados essenciais da criança como alimentação, higiene e proteção.



A organização de creches no contexto paulistano se constituiu no início do século XX, sob um caráter assistencialista e compensatório, com o objetivo de apoiar as mulheres que precisavam trabalhar ou que não tinham condições suficientes para o cuidado de seus filhos, bem como o acolhimento de crianças órfãs.

Elementos como desnutrição, mortalidade e acidentes domésticos fomentaram a discussão da sociedade, com o objetivo de buscar tempos e espaços de cuidado infantil fora do contexto familiar, num âmbito religioso, privativo ou educacional. Segundo Didonet, "... a criança começou a ser vista pela sociedade e com um sentimento filantrópico, caritativo, assistencial" (DIDONET, 2001, p. 12).

Assim, os programas de baixo custo, destinados a atender crianças de mulheres trabalhadoras representaram os primórdios da preocupação com as crianças pequenas, bem como o início da institucionalização dos contextos da infância.

Na década de 1970, a concepção de educação como direito social fomenta a busca por mudanças. Estas aconteceram de forma conflituosa e através de lutas, principalmente das mulheres, numa ação reivindicatória de atendimento a todas as mães e não mais somente àquelas que necessitavam trabalhar, porém com um forte caráter assistencialista e compensatório.

Segundo Kramer (1995, p. 24), havia um discurso do poder público em favor do atendimento de crianças pobres, com ações padronizadas, já que a concepção de infância estabelecida correspondia a um olhar homogeneizante, considerando os filhos e filhas de trabalhadores como "[...] carentes, deficientes e inferiores na medida em que não correspondem ao padrão estabelecido; faltariam a essas crianças privadas culturalmente, determinados atributos ou conteúdos que deveriam ser nelas inculcidos". Assim, o atendimento era caracterizado pelo contexto assistencial, com base nos cuidados de higiene e alimentação.

A partir da década de 80, o olhar da sociedade volta-se para o encadeamento dos processos educativos como direito subjetivo da criança e não somente como uma necessidade de sua família. Assim, a Constituição de 1988 garante o direito da criança à Educação, numa condição de responsabilidade compartilhada entre o Estado e a Família que, em seu artigo 208, inciso IV atribui: "[...] O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade" (BRASIL, 1988).

Com a promulgação da Constituição de 1988, as creches que até então eram gerenciadas pela Secretaria de Assistência Social, constituem paulatinamente responsabilidade da Educação e a criança passa a ser considerada como um sujeito de direitos.

Outras legislações também trouxeram em seu teor a condição infantil de direitos. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990, tem em seu artigo 3º os direitos fundamentais garantidos.

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1990).

A Lei 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional constitui a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, sendo priorizado o atendimento da criança, de forma integral, até seis anos de idade¹. Porém, mesmo com a mudança na legislação, o município de São Paulo continuou atendendo as





crianças em instituições assistenciais, já que o prazo para adequação correspondia ao período de três anos.

Em 1999 foi publicada a Portaria Intersecretarial nº 03/99, em que uma comissão da Secretaria de Assistência Social e outra da Secretaria de Educação foram instauradas para a elaboração e organização da incorporação das creches à Educação.

Em 2001, com o Decreto Municipal nº 40.268/01, que dispõe sobre a efetivação de diretrizes de integração das creches ao Sistema Municipal de Ensino e a Portaria Intersecretarial SME/SAS nº 10/2001, que transfere os Centros de Educação Infantil da rede direta da Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS para a Secretaria Municipal de Educação – SME, são constituídos movimentos legais para a incorporação das creches à SME.

A construção de um novo olhar sobre a criança pequena e as instituições destinadas a atendê-las começam a ser fortalecidas a partir desses importantes movimentos. Bebês e crianças pequenas, finalmente, passam a ser vistos como sujeitos de direitos, pessoas concretas, reais e contextualizadas, sujeitas as mesmas condições que afetam o grupo social do qual são parte.

Sob esse enfoque, a infância é compreendida como uma construção social (NASCIMENTO, 2011), na qual meninos e meninas, bebês e crianças, ao interagir com diferentes sujeitos, experiências e contextos produzem suas próprias culturas infantis, ressignificando seu universo de conhecimento.

Nesta condição, constroem identidades e potencializam suas possibilidades sociais. Constituem-se como sujeitos cujas vozes, vontades, desejos, descobertas, gostos e gestos não podem ser silenciadas, já que são condições de interação com o mundo, de acolhimento social. Suas perspectivas devem ser respeitadas e incentivadas, pois expressam muito mais do que "coisas de criança...", revelam suas singularidades, expressam suas identidades.

A RELAÇÃO PROFESSORA-CRIANÇA NA CRECHE

Ao adentrar na creche, a criança entra em contato com vivências que diferem daquelas realizadas no contexto familiar e nas experiências até então conhecidas, sendo que o acolhimento do adulto se potencializa neste momento de chegada dos bebês, porém, a acolhida é característica de todo o processo do convívio escolar.

O diálogo é fundamental para que a criança se sinta acolhida, protegida e segura naquele novo ambiente. A esse respeito, Mello (2014), salienta que "o tom de voz baixo, os gestos suaves e o compartilhamento com o bebê – e também com a criança de mais idade – do que vai acontecer com ela tornam a relação um momento de prazer para a criança e para o adulto".

Sabemos que a infância é um período em que a criança vive processos de interação, tanto físico, quanto social e também emocional. A entrada do bebê na creche representa um marco em suas aprendizagens² e desenvolvimento, pois significa uma nova fase em que vivenciará experiências diferentes daquelas realizadas no convívio

familiar, passando a se relacionar com pessoas diferentes. Dessa forma o acolhimento deve ser realizado por profissionais competentes que favoreçam a segurança, conforto e confiança da criança.

Para tanto, a condição de escuta da professora é salutar na relação com bebês e crianças. Escuta que perpassa as múltiplas linguagens: choro, expressões, movimentos, toque, olhares, fala, etc.

A cena descrita a seguir ajuda a compreender a importância de considerarmos os interesses e necessidades das crianças, expressas em suas linguagens, possibilitando a elas sentirem-se seguras e apoiadas por seus educadores:

Um dia antes de irmos ao parque, em sala Maria³ (2 anos) percebe sons vindos da área externa e questiona: "que isso?" Devido sua baixa estatura não consegue ver o que acontece do lado de fora, puxa a cadeira para olhar pela janela. Enquanto isso, estou trocando Miguel no banheiro, as outras crianças brincam no solário na companhia das professoras e bebês do BI. Percebendo sua curiosidade e interesse, digo que vou ajudá-la e peço que espere mais um minuto. Vou até a sala, Miguel se interessa por um brinquedo, mas Maria, que aguarda ansiosa diz: "tem gente lá na pracinha!" Acolhendo sua demonstração de interesse, a ajudo a subir na cadeira e confirmo que tinha gente no parque. Ela diz entusiasmada "olha, o menino subiu!", apontando em direção ao brinquedo que chamamos de casinha do Tarzan. "Tá feliz!" – ela complementa. Pergunto se ela gostaria de ir lá para brincar, ela balança a cabeça em sinal de sim e sorri. Saímos da sala, voltamos a brincar no solário, ela parecia satisfeita com a possibilidade de ir ao parquinho. Na manhã seguinte, assim que todos chegaram perguntei quem gostaria de brincar lá no parque, as crianças gritaram em uníssono "eeeuuu!", tão logo tomaram o café seguimos ao nosso destino. Maria estava radiante, aproveitou ao máximo os brinquedos. Corria de um lado para outro, recolhia algumas folhas de árvores que estavam caídas no chão. Em alguns momentos auxiliava a amiga Caroline no balanço. Guilherme se demonstrou muito seguro "escalando" para chegar à parte plana da casinha e em seguida escorregar. Foi uma manhã bastante ensolarada, alguns resolveram ficar descalços e experimentaram pisar no chão de terra/grama/cimento (pátio). Ainda aproveitamos para brincar com bolinha de sabão. Maria e Gustavo experimentaram soprar para fazer as bolinhas, mas gostaram mesmo foi de tentar pegá-las.

Fonte: Diário de Bordo (São Paulo, outubro-2015).

Como o bebê é, ao mesmo tempo, dependente de um adulto que cuida, alimenta e se relacione de forma afetiva e um sujeito que potencialmente é autônomo, escolhe e constrói suas aprendizagens, o ambiente no qual ele será inserido se constitui como espaço educador, promotor de boas relações interpessoais. Do mesmo modo, a professora acompanha e realiza intervenções a partir de uma visão integradora do desenvolvimento infantil, respeitando as peculiaridades de cada criança, tratando-as como seres únicos e individuais, favorecendo o desenvolvimento de suas potencialidades.



Pixabay.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 10 nov. 2015.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil; Resolução n. 1, de 7/4/1999, Brasília: MEC, 1999.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2015.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. In: Educação Infantil: a creche, um bom começo. Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Brasília, v. 18, n. 73, 2001. p.11-27.

KRAMER, Sonia. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MELLO, Suely Amaral. Os bebês como sujeitos no cuidado e na educação na escola infantil. Revista Magistério. Secretaria Municipal de Educação. n. 3; pp. 46-53. São Paulo: SME/DOT, 2014.

NASCIMENTO, Maria Letícia. Algumas considerações sobre a infância e as políticas de educação infantil. Educação & Linguagem, v.14.n.23/24; pp. 146-159. Jan-dez. 2011.

SÃO PAULO. Portaria Intersecretarial SME/FABES nº 03/99. Institui Comissão Especial para estudos com vista ao cumprimento das disposições do artigo 89 da Lei Federal 9.394/96 (Integração de creches/pré-escolas ao sistema de ensino). Disponível em: http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/pesqnumero.asp?t=PI&n=3&t=1999&ts=SME&tvar=0. Acesso em 19 nov. 2015.

1 Alterado pela Lei 12.796/2013, em que a Educação Infantil gratuita se destina às crianças de até 5 (cinco) anos de idade.

2 Nesse estudo, entendemos a aprendizagem como aquela orientada para determinados fins pedagógicos, como desenvolver habilidades e construir conceitos.

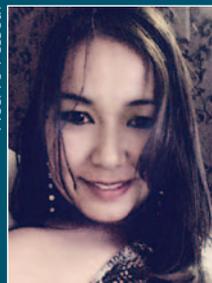
3 Todos os nomes são fictícios.

Acervo Pessoal



Vanessa Alessandra Cavalcanti Peixoto é Mestre em Educação pela UFPB, Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela UFRN, Pedagoga e Professora do Núcleo de Educação da Infância – NEI/CAP – UFRN. Tem experiência no Ensino Superior e na Educação Básica. psicopedagoga.vanessa@gmail.com

Acervo Pessoal



Sílvia Cristina Herculano é Mestra em Educação pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação da PUC-SP. Graduada em Pedagogia pela USP e especialista em Fundamentos de uma Educação para o Pensar; Gestão Escolar; Mídias na Educação; Docência no Ensino Superior e Educação Infantil e Cultura. Atualmente é formadora na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, docente e tutora no Instituto Educacional São Paulo. silviaherculano@yahoo.com.br

Acervo Pessoal



Dilma Antunes Silva é Doutoranda em Educação na PUC-SP e Mestra em Educação pelo Programa de Estudos Pós Graduação em Educação: Psicologia da Educação da PUC-SP. Graduada em Pedagogia e especialista em Alfabetização Escrita e Numérica, tem experiência no magistério nos níveis básico e superior. Atualmente é docente no Núcleo de Educação Infantil – NEI/Paulistinha da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. dilmasilva7@hotmail.com